



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS  
E A COMPETÊNCIA NO  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS  
E A COMPETÊNCIA NO  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná



Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

# SUMÁRIO

## ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)  
[Gabriel Maggi Vieira](#)  
[Luana de Castro Lopes](#)  
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009031**

### **CAPÍTULO 2 ..... 26**

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)  
[Marconi Martins de Laia](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009032**

### **CAPÍTULO 3 ..... 39**

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)  
[Tiago Luiz Pereira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009033**

### **CAPÍTULO 4 ..... 46**

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)  
[Ricardo Neves Borges](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009034**

### **CAPÍTULO 5 ..... 59**

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)  
[Mateus Paixão Cardoso](#)

**DOI 10.22533/at.ed.3862009035**

### **CAPÍTULO 6 ..... 63**

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)  
[Evandro Costa Pereira](#)  
[Janaína Arruda Aragão](#)  
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)  
[Franco Celso da Silva Gomes](#)  
[Luzinete Pontes Brandão](#)  
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)  
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)  
[Rafaela Duailibe Soares](#)



Francisca Bruna Arruda Aragão  
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

**CAPÍTULO 7 ..... 72**

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa  
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

**CAPÍTULO 8 ..... 86**

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon  
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

**CAPÍTULO 9 ..... 100**

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka  
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

**CAPÍTULO 11 ..... 123**

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano  
Nelson José Thesing  
Patrícia Luiza Schuh  
Dieter Siedenberg  
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

**CAPÍTULO 12 ..... 138**

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva  
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

**CAPÍTULO 13 ..... 147**

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida  
Fabiana Aldaci Lanke  
Milton Leonardo Jardim de Souza  
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>172</b>
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>181</b>
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>194</b>
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>239</b>
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

**CAPÍTULO 21 ..... 260**

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

**CAPÍTULO 22 ..... 271**

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

**CAPÍTULO 23 ..... 293**

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

## DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

**CAPÍTULO 24 ..... 302**

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

**CAPÍTULO 25 ..... 316**

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

**CAPÍTULO 26 ..... 322**

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM



MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

**CAPÍTULO 27 ..... 328**

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

**CAPÍTULO 28 ..... 346**

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

**CAPÍTULO 29 ..... 359**

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 369**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 370**

## A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

*Data de aceite: 20/02/2020*

*Data de submissão: 03/12/2019*

### **Paulo Brasil Dill Soares**

Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito /UFF. Macaé. Rio de Janeiro. [lattes.cnpq.br/9539356175579880](http://lattes.cnpq.br/9539356175579880)

### **Andreza Aparecida Franco Câmara**

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito / UFF. Macaé. Rio de Janeiro. [lattes.cnpq.br/5231824758786824](http://lattes.cnpq.br/5231824758786824)

**RESUMO:** O presente estudo analisará o modelo de assentamento instituído pelo INCRA, denominado “Projeto de Desenvolvimento Sustentável”, enquanto política agroambiental sustentável, baseado na valorização dos saberes e do modo de vida tradicionais. O problema central consiste na investigação os conflitos socioambientais no campo, decorrentes das etapas de implantação de um modelo específico de assentamento no Estado do Rio de Janeiro, sob a perspectiva de um

processo de construção fundado em luta social de populações atingidas, especificamente em relação ao modelo de PDS imposto nessas territorialidades, com a escuta parcimoniosa na construção coletiva do projeto. Empregou-se como metodologia a revisão bibliográfica e o estudo de caso dessa primeira experiência instituída no Estado do Rio de Janeiro e os conflitos socioambientais judicializados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma agrária; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Assentamento Osvaldo de Oliveira. Conflitos socioambientais rurais.

### **1 | INTRODUÇÃO**

A categoria “ambientalização” é a porta de entrada para um panorama histórico da questão ambiental enquanto processo dialético composto por diversos grupos sociais. Na literatura sociológica essa categoria assume relevante papel quando passa a caracterizar processos específicos em determinados territórios, contextos históricos e atingindo determinados atores, que visam participar de esferas públicas e de espaços de disputas e de legitimação social a partir do “mito da proteção ao meio ambiente” (DIEGUES, 2000) em conflito com a presença humana nesses

territórios eleitos. Assim, nessas disputas as “[...] ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles” (ACSELRAD, 2010, p. 103).

A relação do homem com a natureza e sua apropriação pode ser analisada sob a ótica de Marx. Em “Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira, de 1842”, Marx analisa “interesses materiais”, apesar de sua crítica à economia política ainda não ter sido construída, já aparecem, de forma embrionária, expressões como “valor” e “mais-valor”, assim como o problema da mercadorização da natureza, da vida e do trabalho.

No Brasil, após a década de 1990, a questão ambiental ganha um novo corpo, sem perder as raízes da patrimonialização da natureza, passa a ser operada por um movimento de institucionalização.

Organizações sociais, grupos técnicos e administrativos profissionalizados reabrem o debate sobre a identidade do “movimento ambientalista”, através de instituições-redes que atuam, por vezes, induzindo as políticas públicas ambientais, outras servindo de executoras dessas políticas, através de consultorias e outros mecanismos de assessoramento, que priorizam o pragmatismo de ação em detrimento de meios democráticos e horizontais de participação dos atores envolvidos (ACSELRAD, 2004). É a partir desse cenário que uma nova categoria passa a constar em documentos oficiais, legislações e ações governamentais: decidir politicamente o que é ou não “sustentável”.

Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de sistematização de um novo modelo de assentamento, na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)<sup>1</sup>, que visa harmonizar as políticas agrárias e ambientais, inspiradas na luta dos seringueiros e dos povos da floresta na Amazônia, em continuar exercendo o direito ao acesso à terra e à floresta, dando-lhe um uso sustentável, baseado na valorização dos saberes tradicionais.

O objetivo geral é analisar nos assentamentos a adoção da agroecologia como matriz tecnológica, a partir dos assentados, atores sociais e poder público e o seu entrelaçamento com o ideário neoliberal e com a redução de políticas públicas protetivas por parte do Estado nos conflitos socioambientais rurais, sob a perspectiva de um processo de construção fundado em luta social de populações atingidas pela intervenção estatal na adoção de uma matriz tecnológica baseada na agroecologia, revelando-se, por vezes, uma opção baseada no modelo de “domínio gestor-administrativo” (ACSELRAD, 2010) calcado em ações de cima para baixo, sem a escuta das organizações de luta pela terra e dos próprios assentados.

Para tanto, empregou-se como metodologia a revisão bibliográfica e o estudo

---

1. Portaria INCRA/P/nº. 477, de 04 de novembro de 1999.



de caso dessa primeira experiência instituída no Estado do Rio de Janeiro e os conflitos socioambientais judicializados.

## 2 | BREVE INTROITO SOBRE A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A LUTA DOS POVOS DA FLORESTA

O Estado brasileiro não abandonou sua agenda desenvolvimentista para a Amazônia na década de 1980. Contudo, os atingidos por essa agenda tiveram um protagonismo antes não experimentado nesse *locus*. As populações indígenas tiveram assegurados direitos civis e a definição de seu território tradicional a partir de um processo de regularização fundiária, com destaque a promulgação da Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, abandonando o velho assistencialismo messiânico do início do século XX. Os camponeses da floresta perderam a invisibilidade e através de luta obtiveram o direito à posse coletiva de florestas.

Na atualidade, os desafios são outros. Além das constantes invasões às terras delimitadas para uso extrativista e reserva indígena por grileiros e fazendeiros, nessa região os assentados passam a lidar com os conflitos inaugurados por um Estado conservacionista.

No Brasil após o evento ECO-92 houve uma demanda crescente por políticas públicas de conservação de florestas adequadas ao que se discutia em nível internacional sobre desenvolvimento sustentável, acompanhado de um investimento internacional para essa conservação particularmente na região amazônica que ainda possuía espaços naturais preservados e uma imensa biodiversidade a se preservar também (FATHEUER, 1998). Nesse contexto, dentro do programa do PPG-7 existiam muitos outros projetos e subprojetos que tinham como propósito a conservação das florestas com diferentes atividades, um dos subprojetos era o “Apoio ao Manejo Florestal Comunitário” (PROMANEJO). O objetivo do PROMANEJO era promover iniciativas de manejo florestal sustentável em diferentes situações na região amazônica, envolvendo parcerias com empresas do setor privado, comunidades, associações e organizações não governamentais.

Uma alternativa para o uso sustentável do território amazônico foi à criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que constitui um modelo de base com a gestão coletiva e cooperativista para evitar o parcelamento da terra com titulação individual. Criado a partir das ideias de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular, aliado à manutenção da atividade extrativista tradicional e do apoio às populações que articulem a produção e a comercialização e contribua para a preservação da biodiversidade, o INCRA edita, em 04 de novembro

de 1999, a Portaria nº. 477, que além de outras disposições, destina o PDS como modalidade de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental (art. 1º), tendo por base a sustentabilidade e a promoção de qualidade de vida para os assentados.

Ressalta-se que as áreas destinadas aos projetos serão objeto de concessão de uso<sup>2</sup>, em regime comunal, segundo participação popular das comunidades, podendo assumir a forma de associação, condomínio ou cooperativa (art. 2º).

## 2.1 O contexto fundiário e a criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira

A região sudeste, onde se localiza o PDS Oswaldo de Oliveira, esta abrangida pela Lei da Mata Atlântica, (Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006) que tramitou durante quatorze anos e delimitou a área dos remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica. A Constituição Federal de 1988 considera a Mata Atlântica como patrimônio nacional, determinando que a utilização dos seus recursos seja feita dentro de condições que assegurem a sua proteção. A Mata Atlântica cobria originalmente 100% da área do Rio de Janeiro, ou seja, um pouco mais de 4,37 milhões de hectares. Hoje, restam apenas 820.237 mil hectares do bioma – 18,7% desse total. (CARVALHO, 2016, p. 418)

O INCRA possui diversas modalidades de assentamentos. O INCRA aprovou a Norma de Execução NE nº 93/2010 que institui o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), sem a individualização de parcelas e com a titulação coletiva da fração ideal de responsabilidade da União. O CCDRU é válido como escritura pública registrável em Cartório, como instrumento jurídico padrão para os assentamentos ambientalmente diferenciados<sup>3</sup>, como no caso de Projeto Agroextrativista (PAE), que terão prazo de validade por prazo indeterminado. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com validade de 10 anos e Projeto Florestal (PAF), com validade de 30 anos, que podem ser revistas ou prorrogadas pelo INCRA. Esses assentados podem receber os créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária e aqueles decorrentes do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O PDS<sup>4</sup> cuida de Projetos de Assentamento estabelecidos para o  
2. A Constituição Federal disciplina a distribuição dos imóveis rurais na implantação da política pública de reforma agrária em seu artigo 189, prevendo que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

3. A norma é resultado de estudo técnico elaborado por um grupo de trabalho envolvendo cinco servidores das Diretorias de Obtenção de Terras (DT), Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (PDA) e da Procuradoria Federal Especializada (PFE) junto ao INCRA.

4. Portaria INCRA/P/nº 477 04 de Novembro de 1999 estabelece que considerando as recomendações da Comissão Interinstitucional - Portaria Interministerial/P/nº 1/99, de 24 de setembro, D. O. U de 27 de setembro, entre o Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária - MEPE e o Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA;

desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.) Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA. O aporte de recursos de crédito e o apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal, bem como, a infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União. Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.

### 3 | A BANDEIRA SOCIOAMBIENTAL E A RESSIGNIFICAÇÃO DA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O ASSENTAMENTOS OSVALDO DE OLIVEIRA (MACAÉ/RJ)

A abordagem encontrada na sociologia sobre as questões ambientais se vinculam com a sociologia rural nas investigações dos diversos temas agrários.

A reconstrução do rural, percebida pelas teorias sociológicas ambientais, contribuem nas interpretações das dimensões desse fenômeno. Brandenburg, (2005) destaca que a passagem de um quadro analítico para outro, nos estudos das questões rurais, foi muito bem resumido no contexto da sociedade francesa por Mathieu & Jollivet (1989, s. p.) na obra “*Du Rural à L’environnement*”, que reúne uma coletânea de textos que trata de temas ambientais diversos, na ótica de diferentes disciplinas, sugerindo um marco divisório na abordagem dos estudos rurais franceses. Para o caso brasileiro, assume-se a tese de que metodologicamente dois referenciais teóricos se complementam para uma melhor compreensão do rural que ressurgiu “ambientalizado”: a sociologia rural e a sociologia ambiental. (BRANDENBURG, 2005, p. 56)

---

e considerando que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular; Considerando que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade. considerando que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta; considerando que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção, resolve: Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental; Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominal ou cooperativista; Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento sustentável – PDS’s serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes. Art. 4º - Estabelecer que a criação de projetos dessa modalidade somente ocorrerão em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais. Art. 5º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA baixará, no prazo de sessenta dias, os atos normativos complementares, objetivando a execução dessa Portaria.

O desenvolvimento sustentável embora tente conciliar crescimento econômico, diminuição da pobreza e conservação da base de recursos naturais para as gerações futuras, consiste em um conceito em disputa (ACSELRAD, 1993, p. 5). Aqui, adota-se como elemento de estudo a articulação ideológica do desenvolvimento sustentável com as noções de modernização e ocidentalização (CASADO, MOLINA E GUZMÁN, 2000), enquanto elementos centrais na discussão do processo de homogeneização das escolhas políticas realizadas pelo INCRA na criação, implantação e consolidação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Os seus fundamentos se baseiam no atendimento das especificidades regionais como no caso de extrativismo tradicional, no resgate do valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea, dentre outros espaços e não apenas avaliando o potencial agrícola da terra. Baseia-se no interesse ecológico e social. Busca valorizar a organização social, do trabalho e gestão comunitária. Nesse modelo ocorre a concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área.

As áreas preferenciais para implantação de um PDS são aquelas com potencial produtivo que viabilize a conservação e a recuperação ou a ampliação dos recursos naturais, em suas bases primárias.

Assim, o encontro do ideal ambientalista (defendido pelos novos movimentos sociais, como por exemplo, os coletivos) com o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, que aqui será entendido como sendo um representante dos movimentos sociais tradicionais, especialmente se consideradas suas práticas, ações e estrutura, pode ser representado na criação e na consolidação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

O recorte abordado neste item será a atuação do MST, regional Rio de Janeiro, que acontece em assentamentos nas áreas rurais da cidade de Macaé e de Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro e ações interligadas com outros coletivos e movimentos como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, FETAG.-RJ.

No assentamento Osvaldo de Oliveira, primeiro PDS do estado, o processo de criação se deu com a ocupação pelo MST da fazenda Bom Jardim, no território de Macaé, localizada no distrito Córrego do Ouro, desapropriada pelo INCRA, para fins de reforma agrária, no modelo de PDS, no final dos anos 2000. Destaca-se tal conflito foi judicializado<sup>5</sup>, em 2007, pelo Ministério Público Federal (MPF),

<sup>5</sup> Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em

tendo como principal fundamento a criação do PDS<sup>6</sup> e sistematização de todas as previsões contidas nas portarias desapropriatórias e de criação do Conselho Gestor<sup>7</sup> do PDS.

O PDS é um modelo de gestão ambiental da produção, que segundo DIEGUES (1992) aproveita a ideia de desenvolvimento sustentável, derivada do conceito de ecodesenvolvimento, proposto nos anos 1970, por Maurice Strong como alternativa a dicotomia “economia – ecologia”.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável é uma alternativa para o modelo excludente e seletivo de produção da terra, uma vez que prioriza a construção dos processos decisórios a partir de uma horizontalidade do Comitê Gestor e da interação com as famílias beneficiadas equalizando com o meio ambiente. É fato que os problemas ambientais decorrentes do modelo de exploração capitalista, denunciado pelo movimento ambientalista, atingiram uma escala global deixando de ser uma causa particular de teóricos, pesquisadores ou defensores da natureza para tornar-se um pleito associado a uma nova maneira de considerar a relação entre economia, sociedade e natureza.

Anteriormente ao paradigma ambientalista, o imperativo era produzir alimentos via modernização da lavoura. Foi possível aumentar a produção, entretanto, a fome no mundo continuou, provando que o problema não era apenas elevar a produção e a produtividade. Ao final, os efeitos colaterais negativos ficaram visíveis.

A estratégia modernizadora fundamentou-se na chamada Revolução Verde onde a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de “pacotes tecnológicos”, tidos como de aplicação universal e destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas daquelas encontradas na agricultura tradicional. Objetivou-se com isso elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, alterando geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro. A seguir, uma tentativa de sistematização da matéria (BARROSO, 2008)

6 A Superintendência Regional no Rio de Janeiro publicou a Portaria no Diário Oficial da União, de 19 de janeiro de 2017, seção 01, p. 06, nº 48, de 19 de dezembro de 2016, aprovando no art. 1º desta o Plano de Utilização do PDS Osvaldo de Oliveira, que foi criado por intermédio da Portaria INCRA/SR07/Nº12, de 02/04/2014, publicada no DOU de 15/04/2014. Considerando os termos da Portaria INCRA/P/nº 1032, de 25 de outubro de 2000, referente aos procedimentos metodológicos para implantação de Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS e considerando que o setor técnico específico desta Superintendência Regional, que procedeu ao acompanhamento da elaboração do Plano de Utilização - PU, que foi aprovado em assembleia geral das famílias assentadas no PDS e posteriormente encaminhado para análise e aprovação do Conselho Gestor do PDS, conforme consta no Processo INCRA/SR (07) N.º 54180.000270/2014-82, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria.

7 O Conselho Gestor do PDS é composto por membros do poder público, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. Além do MST são membros como parceiros: universidades; Prefeitura Municipal de Macaé; órgãos ambientais; Embrapa Agroecologia; INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dentre as atribuições encontra-se a elaboração dos Planos de Utilização dos PDS do no Núcleo Operacional, conforme definido na Portaria INCRA nº 477 de 04 de novembro de 1999, Portaria INCRA/P/Nº 1032 de 25 de outubro de 2000 e Portaria INCRA/P/Nº 1038 de 11 de dezembro 2002.

condições ecológicas naturais para outras ideais. Um dos recursos empregado foi o uso dos agrotóxicos buscando eliminar os competidores e predadores naturais.

Outro meio utilizado foi o fornecimento dos nutrientes necessários sob a forma de fertilizantes sintéticos. A lógica subjacente é o controle das condições naturais por meio da simplificação e da máxima artificialização do ambiente, de forma a adequá-lo ao genótipo<sup>0</sup> para que esse possa efetivar todo seu potencial de rendimento (SARADÓN, 1996).

O surgimento do movimento social ambientalista resultou dos efeitos produzidos a partir dos conflitos sociais envolvendo questões públicas que decorreram da implantação de uma ordem mercadológica que permeia as relações públicas, o cenário internacional e as agendas políticas, ao longo das décadas de 70 e 80. O desafio passou a ser a conjugação dos valores ambientais com os econômicos, visando ao desenvolvimento sustentável.

Assim, diante desses conflitos<sup>8</sup> entre a maximização dos lucros no sistema capitalista do agronegócio e a alternativa proposta pelo uso racional e agroecológico da terra, apresenta-se a experiência desse conflito socioambiental existente no Município de Macaé, a partir da judicialização desta centralidade de disputa envolvendo as categorias preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, explicados neste artigo.

Embora o INCRA desenvolva uma política de fiscalização e monitoramento da evasão dos lotes da reforma agrária por parte dos contemplados nos assentamentos, esse fenômeno é observado e estudado por especialista na temática rural. É possível analisar a relação entre a evasão e as razões relacionadas aos processos sociais que deram origem aos assentamentos, segundo informa Aleixo (2007, p. 21) esta categoria analítica foi proposta por Bruno & Medeiros (1998), que sistematizaram os dados da pesquisa realizada em diversas regiões do Brasil e dividiram em quatro tipos diferentes de processos sociais que originaram os assentamentos estudados por diversos autores.

#### **4 | A JUDICIALIZAÇÃO DO CONFLITO AMBIENTAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS ASSENTADOS DO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA**

O Assentamento Osvaldo de Oliveira, em Macaé, se assemelha ao quarto

---

8 Um conflito socioambiental possui múltiplas dimensões se constituindo em um fenômeno complexo, e identificar os pontos críticos representa considerável avanço na compreensão da dinâmica dessa modalidade de conflito. Paul Elliot Little (2004, p. 3) localizou três grandes tipos de conflitos socioambientais: a) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a caça, a pesca e o uso dos recursos florestais etc.; b) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc.; e, c) conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias.



e último processo social, que diz respeito aos casos onde coube ao INCRA a iniciativa de constituir assentamentos, ou seja, onde o órgão desapropriou a terra, independentemente da existência de demanda e escolheu o público beneficiário. Os índices de evasão nesses casos são bastante elevados, chegando a 89,3% no assentamento Sertão Bonito (BA), ou seja, de cada dez pessoas que entraram, cerca de nove saíram. As Regiões Norte (TO, PA e RO) e Nordeste (CE e BA) concentram tais situações (ALEIXO, 2007, p. 21).

É possível analisar a relação entre a evasão e as razões relacionadas aos processos sociais que deram origem aos assentamentos, segundo informa Aleixo (2007, p. 21) esta categoria analítica foi proposta por Bruno & Medeiros (1998) que sistematizaram os dados da pesquisas realizadas em diversas regiões do Brasil e dividiram em quatro tipos diferentes de processos sociais que originaram os assentamentos estudados por diversos autores.

Os trabalhadores rurais que ocupavam, sem autorização do INCRA, lotes em áreas de reforma agrária tiveram a oportunidade de regularizar a situação. A possibilidade foi criada com a publicação, no Diário Oficial da União, de 31 de maio de 2012, da Instrução Normativa (IN) nº. 71, que estabeleceu ações e medidas a serem adotadas nos casos de constatação de irregularidades em assentamentos. A nova IN revogou a IN nº. 47, que previa a retomada dos lotes diante da comprovação de qualquer tipo de ocupação irregular, mesmo nos casos em que ocorresse de boa-fé, vivesse com a família e produzisse no local.

Entretanto, para a Controladoria Geral da União (CGU), ainda haviam em janeiro de 2016, 76 (setenta e seis) mil lotes ocupados irregularmente<sup>9</sup> nos processos de assentamentos da Reforma Agrária, cerca de 8% (oito por cento) do total<sup>10</sup>.

A Direção nacional do MST esclareceu, em 4 de janeiro de 2016, ao povo brasileiro sua posição sobre irregularidades na ocupação de lotes da reforma agrária

---

9 Do total, 38mil foram usurpados por funcionários públicos, em casos que envolvem até mesmo um delegado da Polícia Federal e um Procurador Geral do estado do Acre. Há lotes em nome de 8.519 menores de idade, uma prática que revela a manipulação para aumentar o tamanho da área de uma mesma família, acima do módulo rural permitido pela lei. Não faltam casos de empresários, precisamente 7.872, que burlaram a lei de Reforma Agrária para acumular terras. E há, ainda, 271 casos de políticos que se apropriaram indevidamente de terras que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária para o assentamento de famílias de sem-terras.

10 Sobre essas denúncias, o MST se posiciona nos seguinte sentido: “a) Parabenzamos a iniciativa da CGU pela coragem de investigar e denunciar as irregularidades no programa de Reforma Agrária, muitas cometidas com a conivência de alguns funcionários públicos corruptos. Uma prática que se perpetua em todos os governos, inclusive os da ditadura militar e que devem ser permanentemente coibidas. b) Da mesma forma, é saudável e imprescindível a decisão da atual diretoria do INCRA em retomar todos os lotes e redistribuí-los às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem terras. Esperamos que o faça imediatamente e não com a costumeira letargia causada por entraves políticos e jurídicos. c) O MST defende titulação dos lotes da Reforma Agrária como Concessão Real de Uso, com direito a hereditariedade, como está previsto na Constituição Federal. Essa modalidade de titulação impediria o comércio da compra e venda dos lotes destinados à Reforma Agrária. É necessário que o governo tenha a coragem de adotar esse instituto constitucional imediatamente. d) O MST, tendo conhecimento de casos de irregularidades nos assentamentos, como os denunciados pelo relatório da CGU, apresenta-os às autoridades e cobra providências imediatas para assegurar que a terra esteja em mãos de quem nela trabalha e produz alimentos” (BRASIL DE FATO, 2016).

e propõe, ainda, à CGU:

a) Que faça um levantamento minucioso sobre as terras públicas distribuídas, quando não *griladas*, por grandes fazendeiros e empresários, em projetos de colonização ou de regularização fundiária, especialmente na região amazônica. Estas propriedades deveriam respeitar a função social da terra (CF/1988). [...] Comprovadas as irregularidades, exigimos que esses lotes irrigados sejam imediatamente distribuídos para o assentamento das famílias de trabalhadores rurais sem terras acampadas na região. [...] e) Que as Procuradorias Gerais dos estados, e outros órgãos competentes, investiguem a distribuição de terras públicas estaduais, em especial nos estados da Amazônia Legal, onde têm ocorrido denúncias sistemáticas de distribuição dessas terras apenas à já latifundiários, políticos e empresários. (BRASIL DE FATO, 2016)

O MST se posicionou no sentido de apoiar e contribuir com as autoridades para que todas as injustiças e irregularidades cometidas sejam investigadas e, sendo comprovadas, sejam punidas. Na questão da Reforma Agrária, continuaremos lutando para que as terras brasileiras sejam destinadas ao assentamento das famílias de trabalhadores rurais para, prioritariamente, produzir alimentos saudáveis.

A judicialização do conflito envolvendo as famílias de assentados no PDS Osvaldo de Oliveira se originou com a propositura de uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo MPF, na Seção Judiciária de Macaé, em face de aproximadamente 50 (cinquenta) famílias que ocuparam uma área degradada pela ação humana para a exploração agropecuária e que foi desapropriada pelo INCRA.

O PDS Osvaldo de Oliveira foi instituído em uma área que possui 1.539,76 hectares e compõem uma antiga Fazenda antes denominada de Bom Jardim, localizada no distrito de Córrego do Ouro, pertencente ao município de Macaé, na região norte do Rio de Janeiro. A área pertencia à empresa de rádio Campos Difusora LTDA, no Norte Fluminense, e foi arrendada ao empresário rural José Antônio Barbosa Lemos, sócio proprietário da mesma empresa, ex-deputado estadual e ex-prefeito de São Francisco de Itabapoana, município também localizado na região norte do estado. Contudo, a área foi considerada improdutiva pelo INCRA em 2006, por não cumprir a sua função social e ambiental conforme as diretrizes legais pré-estabelecidas<sup>11</sup>.

No ano de 2010, a área foi declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto Presidencial e o INCRA foi imitado na sua posse em 28 de fevereiro do mesmo ano. No mês de setembro de 2010, o assentamento foi ocupado por cerca de 200 famílias vinculadas e organizadas pelo MST. No decorrer desse

<sup>11</sup> A mesorregião onde está localizado o PDS apresenta propriedades variadas em decorrência das características botânicas da Mata Atlântica brasileira, a maior floresta tropical do mundo, diversificando, assim, as possibilidades de aplicação, algumas espécies apresentavam uma densidade superior às madeiras importadas da América do Norte, o que facilitava, inclusive, o processo de escoamento pelos rios da região até portos marítimos ou pontos de apoio na logística da atividade de extração madeireira. Sucupira, louro, angelim vermelho e amarelo, vinhático, oiti, jequitibá, pindaíba, potumuju, jenipapo e tapinhoã, espécies abundantes nas matas locais, eram algumas das mais utilizadas nos estaleiros (MILLER, 2000, p. 325). Essas características levaram ao INCRA em instituir esse modelo de produção agroecológica no Estado do Rio de Janeiro. Muito embora, registra-se uma tentativa anterior no Município de Silva Jardim, através do PDS Sebastião Lan, que será tratado no item 3.1.2.

período, o território foi palco de diversos conflitos, entre os quais, quatro despejos das famílias assentadas, por determinação judicial. O conflito mais violento ocorreu no dia 17 de novembro de 2010, quando a polícia exigiu que os acampados retirassem seus pertences e objetos pessoais em poucos minutos antes do despejo. Depois que as famílias saíram do local os barracos foram incendiados. Posteriormente, no ano 2015 houve a tentativa de se retomar a área ocupada através de uma ACP proposta pelo Ministério Público Federal, da Seção de Macaé. Contudo, depois de algumas audiências públicas realizadas no Palácio Legislativo de Macaé e na Vara Federal de Macaé, com a apresentação de contra laudos fornecidos pelo Coletivo Mariana Crioula – Assessoria Jurídica Popular<sup>12</sup>, o magistrado federal resolveu suspender os efeitos da referida decisão e determinou a reintegração de posse ao INCRA, devendo o órgão elaborar o Plano de Uso (PU) e cumprir outras obrigações no prazo de oito meses contados da data de publicação do PU.

Na verdade, entre os anos de 2012 a 2014, foi elaborado o Plano de Uso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira pelo conselho incumbido de sua gestão. Todavia, por entraves técnicos alegados pelo INCRA, somente em janeiro de 2017 foi publicada a aprovação do Plano de Uso. Porém, essa delimitação territorial específica vem sendo trabalhada, visando incorporar como público alvo de suas ações toda a comunidade assentada no PDS para conscientizar sobre a importância da preservação do meio ambiente, e esclarecer quaisquer dúvidas quanto à legislação ambiental necessária à viabilização do Plano de Uso.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio consiste em entender a realidade contemporânea ultrapassando o modelo clássico de análise da realidade, que no mundo moderno tem as ciências empíricas como referência constitutiva. É necessário, sobretudo, buscar o desenvolvimento de um “pensamento complexo” (MORIN, 2000), que percebe o conhecimento como sistêmico e multidimensional, que não reduz a realidade à linearidade dos fatos e acontecimentos em sentido restrito ou midiático.

Porém são visíveis as contradições nas manifestações massivas, não apenas no Brasil, como em vários lugares do mundo: o tom apartidário e as bandeiras mais abstratas deram força aos movimentos num primeiro momento, mas resultaram em inúmeras dificuldades, como a violência de alguns manifestantes e também da polícia, à medida que os protestos se expandiram, deixando um vácuo e enfraquecendo os movimentos pela falta de lideranças e de referenciais mais

---

12 Convidamos o leitor a visitar a página da mídia social do Coletivo Mariana Crioula. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/assessoriapopularmarianacrioula/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/assessoriapopularmarianacrioula/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

sólidos de representação política e social.

No caso do PDS Osvaldo de Oliveira, verificou-se que havia uma terra liberada para a Reforma Agrária, mas “sem gente”, o que significa a criação de uma territorialidade somente “após colocação dessa gente sem terra” na área. Entretanto surgiram questões e embates com o INCRA e com o Estado, envolve questões da natureza socioambiental conflituosas. Enquanto no caso do PDS Sebastião Lan II, a terra estava ocupada pelos membros dos movimentos sociais há 20 (vinte) anos, no território entendido pelo INCRA enquanto área para o zoneamento especial e transformação em PDS, com fortes determinações contrárias aos interesses, percepções e escolhas dos atingidos. Essa área já territorializada e formada como uma comunidade, novamente brotaram as questões conflituosas geradoras de uma reação judicializada pelos moradores.

Conclui-se que a apropriação da bandeira ambientalistas como política pública federal na instituição do modelo de assentamento conhecido como PDS pode ser benéfica aos assentados. Mas resulta em um elemento determinante de insucesso quando o paradigma extrativista amazônico é imposto sem “ouvir” ou permitir a participação da comunidade em sua construção acarretam conflitos que desaguam no judiciário para a solução, representado, por vezes, por uma elite econômica que encontra-se afastada da relação natureza/coletivo/modelo de produção profere decisões que tencionam e polarizam os conflitos.

A viabilidade de qualquer projeto de assentamento da reforma agrária que pretenda atingir o desenvolvimento sustentável deve observar as suas características específicas (sociais, ambientais, econômicas e institucionais) e outras que são de natureza geral de qualquer modalidade que almeja o desenvolvimento sustentável deverá ser replicada e adaptada para outras localidades que certamente serão diferentes em diversos âmbitos. A adoção de uma metodologia própria e aberta para assentamentos sustentáveis, de acordo com a situação de cada localidade, poderá servir como um ponto de partida no sentido de minimizar os problemas previsíveis.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. *In: \_\_\_\_\_. et all.(Org.) Justiça ambiental e cidadania*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável: A luta por um conceito. *In: Revista Proposta*, Rio de Janeiro: FASE, n.56, 1993.

ALEIXO, D. N. S. **Mudança de beneficiário e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.** 2007, 211f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

BARROSO, L. R. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Consultor Jurídico**, 22 de dezembro de 2008. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao\\_ativismo\\_legitimidade\\_democratica](http://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica)> Acesso em: 12 ago. 2017.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e *ambientais* rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambient. soc.** [online]. 2005, v.8, n.1, p. 51-64. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31780104>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL DE FATO. MST exige combate a irregularidades em assentamentos da reforma agrária. 2016. São Paulo. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gF9ZFN1g74oJ:https://www.brasildefato.com.br/node/33820/+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Portaria n. 48, de 19 de dezembro de 2016. INCRA/RJ. Aprova o Plano de Utilização do PDS Osvaldo de Oliveira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 19 jan. 2017. Seção I, pág. 06. Disponível em: <<http://www.cursosmodulos.com.br/DiarioOficial/Leitura.aspx?id=539472&ido=1>> Acesso em: 17 jan. 2017.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos**. Projeto de Cooperação técnica MEPF-INCRA/FAO. Versão final. Brasília, dez., 1998.

BUENO, E. **Capitães do Brasil: A saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro. Objetiva. 1999.

CARVALHO, Ely Bergo de. **O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso**. ANOS 90 (online), PORTO ALEGRE, v. 23, p. 417-442, 2016.

CASADO, G. I. G., MOLINA, M.I G., GUZMÁN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ed. Mundi-Prensa, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis – da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. Disponível em: <[http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02\\_05.pdf](http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. a ed. — São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Agricultores que esperam por assentamento há 20 anos recebem visita da DPU**. *Assessoria de Comunicação Social. Defensoria Pública da União*. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias-rio-de-janeiro/38266-agricultores-que-esperam-por-assentamento-ha-20-anos-recebem-visita-da-dpu>>. Acesso em: 11. set. 2017

FATHEUER, T. W. Desenvolvimento sustentável na Amazônia? *In*: LEROY, Jean-Pierre; FATHEUER, Thomas W. (orgs.). **O futuro da Amazônia em questão**. Caderno de proposta, n. 77, Rio de Janeiro: FASE, 1998.

FELIX, P. J. **O pensamento marxista no projeto político dos dirigentes do MST**. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6142\\_Feix\\_Plinio.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6142_Feix_Plinio.pdf)> Acesso em: 21 jan. 2017.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas)**. Indaiatuba, Maio de 2004. Disponível em< [www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT17/gt17\\_little.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf) > Acesso em: 14 jun. 2017.

MARX, K. **El capital**. Tomo III, v. 8. México : Siglo XXI. [1894] 1981.

\_\_\_\_\_ ; BENSÁID, D. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Karl Marx Nélio Schneider, Tradução de Daniel Bensaïd Mariana Echalar, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 75- 127.

MILLER, S. W. **Fruitless Trees** – Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber. Stanford, California: Stanford University Press. 2000.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. *In*: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs). **Para navegar no século 21**: tecnologias do imaginário e cibercultura. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

PEREIRA, M. C. de B. P. Mediação de conflitos agrários e ambientais: um estudo sobre o Vale do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro. 275 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Reforma Agrária e Meio Ambiente: Interfaces da função social e ambiental da terra. *GEOgraphia* - Ano 7, nº. 14, 2006

RIBEIRO, A. M. M. *et all*. O mito da ecologização da reforma agrária e o mito do desenvolvimento sustentável: 18 anos de lenga lenga. **Anais do IV Coninter**, v. 7, Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE/ Aninter, dez., 2015, p. 142-159.

SARADÓN, S. Impacto ambiental de la agricultura; el enfoque agroecológico como necesidad para el logro de una agricultura sostenible. *In*: **Sistemas Agrícolas Sustentables**. Santiago, CLADES/ Facultad de Ciencias Agrícolas Universidad Central de Ecuador, 1996.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

### B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

### C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

## D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

## E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

## F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

## G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35  
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358  
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137  
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236  
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236  
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363  
Grupos vulneráveis 148, 149, 151  
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

## I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259  
Imigração na União Europeia 100  
impacto socioambiental 215, 225  
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300  
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278  
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169  
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70  
Interseccionalidade 72, 79, 82

## J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

## L

Legislación 181, 183  
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314  
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227  
Licitações públicas sustentáveis 172, 176  
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

## M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270  
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85  
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233  
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327  
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110  
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

## N

Nutrição 147, 148, 347

## P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

## R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

## S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

## T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

## V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**